

## 5

### O Texto Argumentativo

As pesquisas linguísticas que se referem ao ensino de língua devem atentar para o texto argumentativo, pois é nesse modo de organização do discurso que se concentram os problemas mais surpreendentes da produção e da leitura escolar.

A argumentação costuma ser abordada sob dois prismas diferentes. Ora ela é inerente a toda atividade linguística humana por carrear sempre uma ideologia (Koch, 1993), ora a argumentação é vista como um dos modos de organização do discurso. Há uma dissonância terminológica entre os autores na literatura linguística sobre os tipos de textos existentes, mas em todos eles está presente o modo de organização argumentativo (Oliveira, 2007).

A argumentação difere dos demais modos também por ter uma finalidade racionalizante e ser marcada não só pela lógica, mas também por um princípio de não contradição. Isto é, o que se diz na defesa de uma tese, de um ponto de vista, não pode ser contraditório ou dissonante do mundo denotativo. Para o meio social em que vivem os falantes, a argumentação *deve ser (...) construtiva na sua finalidade, cooperativa em espírito e socialmente útil* (Penteado, 1964, *apud* Garcia, 1999, p. 371). Com isso o autor quer dizer que não se deve procurar argumentar a favor de ideias falaciosas, como também é imprescindível que o tema seja discutível, ideias que são ponto pacífico entre os interlocutores não são passíveis de serem argumentadas.

Quanto à forma como se apresenta aos interlocutores do argumentador, a argumentação pode ser dialógica (argumentação interlocutiva), oratória (monológica) ou escrita. É sob essa última forma que se apresenta a argumentação dos textos que serão lidos em nossos experimentos. Mesmo em um texto escrito, porém, pode haver interação entre os usuários, de sorte que o leitor não é indiferente às perspectivas apresentadas e defendidas no texto argumentativo em apreço. Pelo contrário, ele reage – ao menos ideologicamente – fazendo do texto um enunciado.

O discurso bem estruturado é aquele que traz todos os dados necessários à sua compreensão, implícita ou explicitamente (Koch, 1993). Para Fávero (2003), a estrutura completa que um texto argumentativo deve apresentar é formada de

tese anterior (ideia falsa com que o argumentador a princípio concordaria), premissas (condições para que essa tese seja verdadeira, e normalmente não atendidas), argumentos, contra-argumentos (que irão atacar a tese anterior e mostrar sua invalidez), síntese (súmula do caminho lógico seguido até o momento) e conclusão, que encerra a nova tese, verdadeira na opinião do argumentador.

O que Fávero (*op. cit*) oferece é uma sugestão para bem argumentar. Na verdade, o critério, aqui, para determinar se um dado texto é ou não argumentativo é a predominância qualitativa de sequências argumentativas.

Para uma argumentação existir, são precisos três elementos (Charaudeau, 2004): uma ideia sobre o mundo que precise ser legitimada; um sujeito que se proponha a estabelecer uma verdade lógica acerca dessa ideia; e um sujeito também relacionado a essa ideia e a quem o argumentador se dirigirá e buscará convencer da legitimidade de seu modo de pensar e ver.

A argumentação sempre é, ainda que não pareça, impositiva: o falante impõe ao interlocutor seu modo de raciocínio e seus argumentos. Apesar do termo *impositiva*, não se quer dizer que a argumentação deve ter tom áspero. Essa imposição é feita de modo sutil. Primeiro, conduz-se o sujeito-alvo ao mesmo questionamento, o argumentador precisa suscitar no seu interlocutor o interesse pelo assunto do texto, pela tese defendida. Em seguida, propõem-se uma maneira de tratar o questionamento levantado e, simultaneamente, traz-se um meio de avaliar a validade do julgamento. Isto quer dizer a argumentação envolve três atividades cognitivas: problematização, elucidação e comprovação.

Problematizando, o argumentador mostra não só do que trata o texto, mas também que questões podem ser levantadas acerca do assunto em apreço, levantando um quadro de questionamentos.

Elucidando, o argumentador leva à compreensão das razões que levam uma hipótese a ser admitida. Não se trata de verificar um fato – fatos não podem ser postos em dúvidas, eles simplesmente ocorrem ou não, o que se fala sobre eles é que pode ser questionado (Oliva, 2010, p. 21) –, mas de explicar o porquê e o modo dos fatos acontecerem. A elucidação pertence ao universo discursivo da causalidade, e não ao do existencialismo fenomenal.

Provando, o argumentador leva a crer, o que serve de base para o valor da elucidação. Além de problematizar uma questão, o argumentador deve se posicionar face à validade de sua elucidação e que dê ao interlocutor condições de

julgar o ato de elucidar realizado a partir da problematização inicial. O interlocutor deve estar, pois, apto a aceitar ou refutar a elucidação a que ele foi exposto. É para provar que o argumentador lança mão de argumentos de ordem experimental, empírica, estatística, ou que tenha valor pragmático, ético ou hedônico. A escolha dos argumentos é feita visando à garantia do raciocínio (Charaudeau, *op. cit.*).

Embora não haja uma maneira única e ideal de argumentar, já que são muitos os contextos e contratos de comunicação a que a atividade discursiva se submete, os argumentos devem ter uma estrutura peculiar para lograrem sucesso, já que são eles que estabelecem o vínculo entre o argumentador e seu interlocutor. A estrutura de um argumento padrão é composta por Tese, Dados e Garantias (Toulmin, *apud* Pilar, 2002). A Tese deve ser verdadeira, para resistir às oposições, e denotar uma maneira de ver o mundo. Os Dados são os fatos e estatísticas que servem de apoio à Tese. Já as garantias são as proposições que ligam os Dados à Tese defendida. O que pode ser questionado na argumentação é o argumento, nunca a tese. Um argumento deve apresentar, para ser eficiente, relevância, aceitabilidade e suficiência.

Outra característica que a argumentação deve apresentar, segundo Fiorin e Savioli (1993), é a unidade. Um texto argumentativo deve ser focado num único objeto de análise, sob pena de tornar-se dispersivo, deixando o leitor/ouvinte sem saber ao certo sobre o que se está falando e com a impressão de que, no fundo, não se falou sobre nada. Não se deve confundir, porém, unidade com redundância. O texto argumentativo pode ter uma variedade de argumentos, desde que essa variedade se debruce sobre o mesmo ponto, cercado-o e mostrando-lhe todas as nuances, sempre dentro do mesmo tema central.

No que diz respeito ao ensino,

a escola diz respeito ao conjunto de parceiros do ato comunicativo, o que mostra o papel que a escola pode desempenhar no ensino dessa atividade linguageira, que é o principal instrumento da formação da opinião pública (Charaudeau, 2004, p. 44).

O primeiro passo para a formação de bons produtores de textos argumentativos é a formação de bons leitores de textos argumentativos – sem desmerecer, naturalmente, os demais modos de organização do discurso.

As pessoas de modo geral, mas sobretudo alunos dos Ensinos Fundamental e Médio, costumam se negar a admitir não ter compreendido um texto. Isso, con-

jugado à má determinação dos objetivos de leitura, pode levar a uma ilusão de compreensão que pode se tornar hábito. A maioria dos livros didáticos e manuais escolares de Língua Portuguesa das escolas brasileiras trata os textos com perguntas de decodificação do texto, cuja resposta pode ser obtida por transcrição de trechos do texto lido, sem levar o aluno à reflexão e apreensão da arquitetura argumentativa elaborada.

Deve-se dar abertura às múltiplas possibilidades de interpretação, já que na escola há alunos e alunos. O texto argumentativo é, ao menos na intenção, unívoco, quem o produz não pretende que a leitura varie de leitor para leitor. Nenhum leitor, todavia, tem as mesmas experiências, conhecimentos de mundo e perspectivas que outro, ainda que sejam colegas de classe escolar, de sorte que dois leitores nunca farão a mesma leitura de um mesmo texto.

O tipo de texto determina, de modo muito radical, a interpretação que um texto deve receber. Em textos argumentativos, a estrutura lógico-informacional é a mensagem. Um sério problema ocorre na leitura, então, quando o leitor encara a argumentação com subjetivismo e sem vinculações de caráter lógico, fazendo uma representação mental mais condizente a um texto literário (Perini, 2007). A subjetividade que deve haver na argumentação se deve tão somente ao caráter interpessoal da linguagem, não à passionalidade do falante.

Para Perini (*op. cit.*), a primeira razão do problema é o aluno ser treinado na escola para ler apenas textos literários, haja vista o valor cultural que eles apresentam. Quando o aluno lê um texto fora do domínio discursivo literário, ele procede do mesmo modo quando diante de literatura. Isso explica parte da causa do fracasso escolar em produção textual, pois ao aluno é solicitado escrever um texto argumentativo, sem ele ter trabalhado a leitura desse tipo de texto anteriormente. O aluno lê textos argumentativos em outras disciplinas, mas não é feita nenhuma atividade sistemática de estudo do caráter argumentativo desses textos.

A segunda razão do problema está na má escrita de muitos textos argumentativos que o são apenas no objetivo. O autor não consegue elaborar um texto unívoco, permitindo mais de uma interpretação. Embora isso possa ser dado como virtude no discurso literário, trata-se de um empecilho na defesa de um ponto de vista. Ainda que dois leitores nunca façam a mesma leitura de um mesmo texto – e um leitor nunca faz a mesma leitura quando lê um texto pela segunda vez –, não convêm aos textos argumentativos múltiplas possibilidades de interpretação.

Nesta pesquisa, foram selecionados dois textos argumentativos publicados pela revista *Galileu*. Ambos apresentam uma tese clara e argumentos baseados em fatos extralinguísticos. Como a posição dos autores vai de encontro ao senso comum, eles tiveram de explicitar suas opiniões e argumentos a favor delas, a fim de validar as teses defendidas nos textos.